

# UTE GNA | Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022 e 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>15</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da  
UTE GNA I Geração de Energia S.A. Rio  
de Janeiro – RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA I Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reclassificação dos empréstimos e financiamentos e avaliação de continuidade operacional

Veja Nota Explicativa 1 e 24 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 3.098.543 mil e prejuízo acumulado de R\$ 861.951 mil. Parte substancial desse capital circulante líquido negativo é em virtude da reclassificação do saldo total de empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 3.062.751 mil, ocorrida no exercício corrente, em virtude do não cumprimento dos índices financeiros previstos nas cláusulas restritivas de seus endividamentos que resulta em vencimento antecipado. A Companhia entende que tal reclassificação não gera risco de continuidade operacional, considerando que possui o compromisso, ainda no exercício de 2023, de contribuição de capital dos seus acionistas como forma de atender a cura de suas restrições financeiras e retornar ao índice de cobertura sobre o Serviço da Dívida (“ICSD”) determinado, conforme previsto contratualmente. Adicionalmente, a avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstram diminuição dos seus custos e a geração de recursos de suas atividades operacionais suficientes para pagamento das parcelas da dívida e seus compromissos.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria, devido materialidade dos valores dos empréstimos e financiamentos reclassificados para circulante em 31 de dezembro de 2022 e os impactos relacionados à continuidade operacional da Companhia.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) entendimento dos termos contratuais que determinam as cláusulas restritivas firmadas junto às instituições financeiras e agentes fiduciários;
- (ii) revisão do cálculo fornecido do índice ICSD, sendo: teste matemático das premissas determinadas nos instrumentos particulares, critérios da administração e a verificação do seu não cumprimento em 31 de dezembro de 2022;
- (iii) obtenção das informações da administração sobre as estratégias tomadas e planejadas para suprir a necessidade de caixa e fazer face aos compromissos firmados;
- (iv) obtenção do fluxo de caixa elaborado pela administração, demonstrando o cumprimento dos compromissos junto a terceiros no período de doze meses após a data base das demonstrações financeiras e as explicações da administração em relação às premissas relevantes;
- (v) recebimento de carta suporte de seus acionistas se comprometendo a realizar os aportes de capital suficientes para cobrir a cura do índice financeiro no prazo e montante determinados contratualmente;
- (vi) avaliação da divulgação destes assuntos nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a reclassificação dos empréstimos e avaliação de continuidade operacional da Companhia, e suas respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

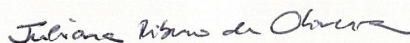
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira  
Contadora CRC RJ-095335/O-0

# UTE GNA I Geração de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	93.592	186.963
Depósitos bancários vinculados	9	98.178	180.958
Clientes	11	123.041	716.142
Contas a receber - partes relacionadas	10	149.631	149.374
Estoques	12	191.764	66.706
Adiantamentos		19.917	3.046
Despesas antecipadas	13	44.051	30.033
Impostos a recuperar	14	2.858	32.288
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	16	16
Instrumentos financeiros derivativos	32	3.667	20.227
Outros valores a receber		25.590	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>752.305</b>	<b>1.385.753</b>
<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas	13	2.013	48
Impostos a recuperar	14	3	3
Impostos diferidos	15	434.943	222.237
Instrumentos financeiros derivativos	32	-	1.558
Depósitos bancários vinculados	9	10.472	10.659
Imobilizado	16	4.507.502	4.822.455
Intangível	17	30.268	31.565
Direito de uso	18	302.947	1.174.050
<b>Total do não ativo circulante</b>		<b>5.288.148</b>	<b>6.262.575</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.040.453</b>	<b>7.648.328</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA I Geração de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	19	127.094	174.845
Salários e encargos a pagar	20	11.601	13.496
Contas a pagar - partes relacionadas	10	191.821	533.798
Empréstimos e financiamentos	24	3.351.522	325.176
Impostos e contribuições a recolher	21	5.469	53.281
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	640	26.223
Instrumentos financeiros derivativos	32	8.042	2.696
Obrigações com terceiros	23	-	272.767
Passivos de arrendamento	18	154.579	156.449
Outras Contas a Pagar		80	80
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.850.848</b>	<b>1.558.811</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	19	39.725	-
Contas a pagar - partes relacionadas	10	382.532	131.535
Mútuo - partes relacionadas	10	192.443	171.568
Empréstimos e financiamentos	24	-	2.925.867
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	32.188	-
Passivos de arrendamento	18	554.929	1.459.152
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.201.817</b>	<b>4.688.122</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	26		
Capital social		925.802	925.802
Reservas de capital		925.802	925.802
Outros resultados abrangentes		(1.865)	13.131
Prejuízos acumulados		(861.951)	(463.340)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>987.788</b>	<b>1.401.395</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.040.453</b>	<b>7.648.328</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# UTE GNA I Geração de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida	27	1.120.305	1.267.459
Custo de bens e/ou serviços	28	(1.081.722)	(1.137.927)
<b>Resultado bruto</b>		<b>38.583</b>	<b>129.532</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	29	(34.269)	(30.910)
Redução/Reversão ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	8 e 12	22.596	(22.594)
Outras receitas	30	173	146.324
Outras despesas	30	-	(203.842)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>27.083</b>	<b>18.510</b>
<b>Resultado financeiro</b>	31		
Receitas financeiras		400.495	10.576
Despesas financeiras		(1.029.536)	(553.435)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(601.958)</b>	<b>(524.349)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	203.347	178.058
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(398.611)</b>	<b>(346.291)</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Prejuízo por ação ordinária – básico e diluído em R\$		(0,21528)	(0,18702)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA I Geração de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(398.611)</b>	<b>(346.291)</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>		
Perdas em operações hedge	(23.466)	(14.959)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	9.360	(6.800)
Custo da reserva de hedge	(890)	841
<b>Total do prejuízo abrangente do exercício</b>	<b><u>(413.607)</u></b>	<b><u>(367.209)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA I Geração de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Capital</u>				
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>925.802</b>	<b>925.802</b>	<b>34.049</b>	<b>(117.049)</b>	<b>1.768.604</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(346.291)	<b>(346.291)</b>
Perdas operações hedge	-	-	(20.918)	-	<b>(20.918)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>925.802</b>	<b>925.802</b>	<b>13.131</b>	<b>(463.340)</b>	<b>1.401.395</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(398.611)	<b>(398.611)</b>
Perdas operações hedge	-	-	(14.996)	-	<b>(14.996)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>925.802</b>	<b>925.802</b>	<b>(1.865)</b>	<b>(861.951)</b>	<b>987.788</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA I Geração de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo antes dos impostos	(601.958)	(524.349)
<b>Itens de resultado que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	270.180	87.597
Baixa do imobilizado	-	330
Provisão de indenização de seguro a pagar	45.822	-
Provisão de indenização de seguro a receber	(45.822)	-
Diferimento de seguros	44.044	13.789
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	(22.596)	22.594
Variação monetária e cambial	27.822	51.784
Juros sobre mútuo	20.875	8.035
Juros sobre contrato - subordinado	5.976	2.796
IOF sobre mútuo	-	7.288
Inefetividade - hedge	559	(597)
Juros e variação cambial sobre passivo de arrendamento	83.571	151.109
Juros apropriados sobre empréstimos bancários	422.584	151.955
Encargos financeiros / Fee apropriados	24.377	10.690
Ganho/Perda hedge	59.434	-
Custo de transação	48.017	79.213
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>382.885</b>	<b>62.234</b>
<b>(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:</b>		
Impostos a recuperar	(2.906)	(25.682)
Despesas antecipadas	(60.027)	(28.226)
Clientes	593.101	(716.142)
Estoques	(147.559)	36.765
Adiantamentos	(4.303)	(2.725)
Outros valores a receber	19.990	-
Contas a receber - partes relacionadas	(257)	(94.868)
Fornecedores	28.417	61.437
Contas a pagar - partes relacionadas	(69.552)	410.418
Impostos e contribuições a recolher	(15.547)	51.225
Encargos setoriais e benefícios tributários	6.605	26.223
Liquidação de operações de hedge - custo	(59.434)	-
Salários e encargos a pagar	(1.895)	(848)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>669.518</b>	<b>(220.189)</b>
<b>Fluxo de caixa nas atividades de investimentos</b>		
Aquisição de bens do imobilizado	(34.437)	(337.391)
Aquisição de bens do intangível	(503)	(805)
Obrigações com terceiros	(18.953)	(94)
<b>Caixa líquido proveniente (usado nas) atividades de investimento</b>	<b>(53.893)</b>	<b>(338.290)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos provenientes de novos empréstimos	-	2.074.254
Pagamento passivo de arrendamento	(144.359)	(68.596)
Pagamento de principal de empréstimos	(76.883)	(1.173.961)
Pagamento de juros de empréstimos	(292.464)	(332.694)
Pagamento de encargos financeiros	(25.152)	(6.231)
Custo de transação com terceiros	-	(163.173)
Depósitos bancários vinculados	83.394	(180.397)
Obrigações com terceiros	(253.774)	253.774
Mútuo com acionistas - liberação principal	-	384.838
Mútuo com acionistas - pagamento principal	-	(223.243)
Mútuo com acionistas - pagamento de juros	-	(1.155)
Mútuo com acionistas - pagamento de IOF	-	(4.195)
<b>Caixa líquido usado nas (proveniente) das atividades de financiamento</b>	<b>(709.238)</b>	<b>559.221</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(93.613)</b>	<b>742</b>
No início do exercício	186.963	186.221
No fim do exercício	93.592	186.963
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(242)	-
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(93.613)</b>	<b>742</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# UTE GNA I Geração de Energia S.A.

## Demonstrações dos valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.270.131	1.421.212
Outras receitas	173	146.324
	<u>1.270.304</u>	<u>1.567.536</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(684.315)	(985.607)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.177)	(244.928)
Perda/recuperação de valores ativos	22.596	(22.924)
Outras	4.333	(2.173)
	<u>(675.563)</u>	<u>(1.255.632)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>594.741</u>	<u>311.904</u>
<b>Depreciação, amortização e exaustão</b>	(270.020)	(87.597)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<u>324.721</u>	<u>224.307</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	400.495	(17.390)
Imposto de renda diferido	203.347	178.058
	<u>603.842</u>	<u>160.668</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><u>928.563</u></u>	<u><u>384.975</u></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Empregados</b>		
Remuneração direta	9.393	8.005
Benefícios	3.879	3.414
FGTS	649	475
	<u>13.921</u>	<u>11.894</u>
<b>Tributos</b>		
Federais	154.948	156.164
Estaduais	114.961	38.761
Municipais	970	296
	<u>270.879</u>	<u>195.221</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros	1.029.536	525.468
Aluguéis	12.838	(1.317)
Outras	-	-
	<u>1.042.374</u>	<u>524.151</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Lucros retidos/prejuízo líquido do exercício	(398.611)	(346.291)
	<u>(398.611)</u>	<u>(346.291)</u>
	<u><u>928.563</u></u>	<u><u>384.975</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A UTE GNA I Geração de Energia S.A. (“UTE GNA I” ou “Companhia”) com sede em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 17 de setembro de 2015 e em 20 de outubro de 2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. Em 28 de janeiro de 2021 passou a ter como acionistas de controle em conjunto as empresas: Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. (“GNA Infra”), Siemens Participações Ltda (“Siemens”) e SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“SPIC”), subsidiária da State Power Investment Corporation da China.

A UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL (“Terminal de Regaseificação”), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú. A empresa faz parte do desenvolvimento do chamado “Açú Gás Hub”, localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

A usina termelétrica UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 kV, entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16 de setembro de 2021.

Em 16 de setembro de 2021, a UTE GNA I iniciou sua operação comercial permanecendo em despacho até a primeira quinzena de fevereiro de 2022, período no qual a ONS há solicitou a interrupção do despacho em razão do aumento dos níveis de armazenamento em todos os subsistemas do SIN (Sistema Interligado Nacional), especialmente nos subsistemas SE/CO, NE e N.

A UTE GNA I encontra-se em discussão com a BP Gas Marketing (“bpGM”) – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado por e entre a bpGM e a Companhia, em 17 de novembro de 2017. A Companhia segue cumprindo todas as obrigações previstas nos contratos celebrados com a bpGM. Nesse espírito, a Companhia pagou, em 07 de março de 2022 e 11 de março de 2022, os valores em discussão para a bpGM, reservando-se ao direito de ser reembolsada de qualquer pagamento em valor superior ao devido, incluindo juros.

No dia 29 de julho de 2022 a Companhia propôs procedimento arbitral contra a “bpGM” com o objetivo de discutir os valores cobrados pela bpGM e pagos provisoriamente pela UTE GNA I em relação a certas cargas de GNL utilizadas em atendimento às notificações de despacho do Operador Nacional do Sistema (“ONS”), no âmbito do LNG Sale and Purchase Agreement (“LNG SPA”) e do Short Term LNG Sale and Purchase Agreement (“Short Term LNG SPA”), ambos celebrados entre bpGM e a UTE GNA I. Por fim, em 01 de março de 2023 a UTE GNA I apresentou suas alegações iniciais ao Tribunal Arbitral, e em 14 de junho de 2023 a bpGM apresentará sua defesa.

A Companhia informa que a propositura do procedimento arbitral não resultará em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA.

**a. Licenças e autorizações**

A Companhia possui licenças ambientais para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado.

<b>Descrição</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de Emissão</b>	<b>Vigência</b>
Licença prévia e de instalação aprovando a concepção, localização, e implantação de canteiro de obras temporário e área aproximadamente 65.000m <sup>2</sup> , contemplando a supressão de 277 indivíduos arbóreos nativos isolados em área de 5,89ha de pasto e de 0,06ha de cercas vivas de espécie exótica <i>Euphorbia tirucalli</i> (gaiolinha) e agrupamentos de espécie exótica <i>Syzygium cumini</i> (jamelão).	LPI nº IN047115	12/11/2018	12/11/2023
Licença de Operação para Linha de Transmissão Açucampos de 345 kV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA I)	LO Nº IN006540	26/05/2020	26/05/2030
(i) Ficam excluídas as condições de validade nº 15 e 21. (ii) Fica incluída a condição de validade nº 41: 41-Atender à Resolução INEA nº 64/2012, que dispõe sobre a apresentação de Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa para fins de licenciamento ambiental no Estado do Rio de Janeiro. (iii) Ficam alteradas as condições de validade nº 8, 14, 17, 32.6 e 32.7: 8- A empresa deverá exigir, via contrato, a vinculação das empresas terceirizadas ao PROCON FUMAÇA PRETA (Resolução CONEMA Nº. 58/13) e enviar anualmente cópia ao INEA. Caso possua ou venha a adquirir frota veicular a diesel própria, deverá atender à NOP-INEA-14. 14- Atender à NOP IN-A - 01: Programa de monitoramento de emissões de fontes fixas para a atmosfera - PROMON AR, aprovada pela Resolução CONEMA Nº 84/2018, monitorando, semestralmente, as chaminés dos geradores de energia elétrica, para os parâmetros: Material Particulado Total (MPT), Óxidos de Nitrogênio (NOx) e Óxidos de Enxofre (SOx). 17- Aferir níveis de pressão sonora utilizando metodologia atualizada condizente com a norma estabelecida pela ABNT NBR 10151:2019 Versão Corrigida: 2020. 32.6- Realizar campanhas semestrais para os Programas de Monitoramento da Fauna Terrestre, Monitoramento da Biota Marinha, Monitoramento de Cetáceos e Monitoramento dos Quelônios. 32.7- Manter durante toda a operação o	LO Nº IN051350 AVB004490	28/05/2020	26/05/2030

<b>Descrição</b>	<b>Documento</b>	<b>Data de Emissão</b>	<b>Vigência</b>
programa de foto mitigação ambiental e evitar a formação de horizonte luminoso, conforme determina a Portaria nº. 11/95 do IBAMA/MMA. Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.338,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SACO DANTAS, S/N, AREA 1 E AREA-2 - UTE GNA-I - PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA.	LO Nº IN051787	08/12/2020	08/12/2028
Autorização de Supressão de Vegetação de 0,068 ha, cuja localização encontra-se delimitada pelas seguintes coordenadas, em projeção UTM15atumtum.	ASV Nº 2033.9.2021.28072	13/08/2021	13/08/2023

#### **b. Continuidade operacional**

As informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

A Companhia auferiu prejuízo líquido no montante de R\$ 398.611 para o período findo em 31 de dezembro de 2022 (e prejuízo líquido de R\$ 346.291 em 31 de dezembro de 2021), e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 3.098.543 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 173.058 em 31 de dezembro de 2021).

Para o exercício de 2022, em decorrência de eventos não recorrentes, foi apurado o índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida (“ICSD”) abaixo do limite estabelecido em contrato no montante de 1,10 vezes.

Devido à quebra de covenant, a Companhia fez a transferência do empréstimo que estava no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$3.062.751 em função do não atingimento do covenants, conforme mencionado na nota explicativa 24. O que ocasionou em um aumento de seu capital circulante líquido negativo. Esse aumento não gera incerteza sobre a continuidade operacional, devido aos seguintes pontos:

- Comprometimento de contribuição de capital dos acionistas conforme previsto contratualmente em prazo e montante para curar o covenant, evitando o inadimplemento perante dívida;
- Com a entrada em operação comercial da UTE GNA II (prevista para 2025), haverá o compartilhamento de custos a partir do seu comissionamento (em meados de 2024), o que irá gerar uma diminuição dos custos da Companhia;
- A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a Companhia terá geração de caixa suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos.

Com todos os pontos citados acima, a Administração não reconhece incerteza sobre a capacidade operacional da Companhia.



## 2 Base de preparação

### **Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

## 3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justos por de outros resultados abrangentes.

## 4 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota 15** - reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;

**Notas 16 e 17** - definição da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis, bem como a avaliação da recuperabilidade dos ativos;

**Nota 16.1** – Avaliação de trigger para impairment: principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos;

**Nota 25** – Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

## 6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

### a. Instrumentos financeiros

#### (i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, clientes, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão – para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

#### *Classificação e Mensuração Subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base:

no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros;

nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

### **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a Custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *Impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *Impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### **(ii) Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de hedge designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

### *Hedges de fluxo de caixa*

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes – ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

## **b. Imobilizado**

### ***b.1 – Imobilizado em operação e administrativo***

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

#### ***Depreciação***

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Companhia.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Imobilizado em operação (*)	23 anos

(\*) A Companhia contratou a consultoria de empresa especializada em avaliação de vida útil de ativos durante o exercício de 2021 para avaliar o imobilizado em operação.

<b>Itens de Imobilizado (operação)</b>	<b>Tempo de depreciação</b>
Edificações, Obras civis e benfeitorias	23 anos
Máquinas e equipamentos	6 a 23 anos
Móveis e utensílios	6 a 23 anos
Servidões	23 anos
Softwares	5 anos
Veículos	7 anos

## b.2 – Peças sobressalentes O&M e LTMP

### **Reconhecimento e mensuração**

As peças sobressalentes são reconhecidas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de uma peça sobressalente são reconhecidos no resultado.

### **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Companhia.

A vida útil estimada das peças sobressalentes é de 23 anos, devido elas fazerem parte de um conjunto de peças que formam uma turbina a vapor.

## c. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento do contrato de *Power Purchase Agreement* (PPA).

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Licença de uso de Software	5 anos
Direito de exploração	23 anos

## d. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

### **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### ***Ativos financeiros não-derivativos***

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

Ativos de contrato.

#### **e. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio.

#### **f. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa a ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado seguindo IFRS 15 e de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão.

#### **g. Impostos sobre vendas**

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

**h. Pesquisa e desenvolvimento (encargos setoriais)**

As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida – ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

**i. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

**j. Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

**k. Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

**l. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**m. Moeda estrangeira**

***Transações em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.



Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**n. Arrendamento**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

Esta política foi aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

**(i) Como arrendatário**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Os prazos dos contratos de arrendamento vigentes em 2022 são:

FSRU	23 anos
Terreno	23 anos
Sala Comercial	5 anos

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso de arrendamento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos com valores abaixo de USD 5 mil e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **o. Informações por segmento**

A Companhia opera um único segmento operacional geração de energia a gás. O segmento foi definido com base no produto e serviço prestado e reflete a estrutura utilizada pela Administração para avaliar o desempenho da Companhia no curso normal de suas operações. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem as Diretorias Executivas e o Conselho de Administração.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações estão sendo avaliadas pela Companhia, que não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);

- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12).

## 8 Caixa e equivalente de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	45.363	40.872
<b>Aplicações financeiras</b>		
Aplicações financeiras	48.248	146.205
	<b>48.248</b>	<b>146.205</b>
	<b>93.611</b>	<b>187.077</b>
Provisão de perda esperada (a)	(19)	(114)
<b>Total</b>	<b>93.592</b>	<b>186.963</b>

O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2022 é composto por conta corrente nos bancos Santander, Bradesco, Banco do Brasil, BTG Pactual e Citibank (onshore e offshore), e aplicação em CDB no Citibank, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

- (a) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 03 de abril de 2022, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

*Em milhares de Reais*

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	93.611	0,01%	(19)

- (1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 03/04/22.

A movimentação da perda estimada no ano foi:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(21)</b>
Adição	(93)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(114)</b>
Reversão	95
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(19)</b>

## 9 Depósitos bancários vinculados

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depósito NTN-B (a)	10.472	10.659
Depósito para serviço da dívida (b)	98.178	180.958
<b>Total</b>	<b>108.650</b>	<b>191.617</b>
Circulante	98.178	180.958
Não circulante	10.472	10.659
<b>Total</b>	<b>108.650</b>	<b>191.617</b>

- (a) Em maio de 2019, a GNA I cedeu fiduciariamente em garantia, em favor do BNDES, Títulos Públicos Federais 2.619 títulos (NTN-B 2035), com vencimento em 2035, que permanecerão disponíveis até o final das obrigações no contrato de financiamento. A quantidade de títulos não sofreu alteração desde a aquisição.
- (b) Em dezembro de 2022 e 2021, a GNA I fez a transferência de caixa e equivalentes de caixa para o depósito de serviço da dívida para efetuar parte da liquidação vincenda em 02 de janeiro de 2023 e 03 de janeiro de 2022 respectivamente.

A movimentação em 31 de dezembro 2022 do título foi:

	<b>Títulos públicos federais (NTN-B 2035)</b>	<b>Depósito vinculado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>11.837</b>	-	<b>11.837</b>
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	180.958	180.958
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(561)	-	(561)
Provisão de juros (nota 31)	(617)	-	(617)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.659</b>	<b>180.958</b>	<b>191.617</b>
Pagamento para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	(180.958)	(180.958)
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	98.178	98.178
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(614)	-	(614)
Provisão de juros (nota 31)	427	-	427
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10.472</b>	<b>98.178</b>	<b>108.650</b>

## 10 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Companhia estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Companhia, as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas sob controle comum, acionistas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativo:</b>		
<b>Contas a receber - circulante</b>		
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	248	173
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	424	353
UTE GNA II – Sob controle comum (a)	2.715	2.604
Siemens Energy – Acionista indireto (g)	146.244	146.244
<b>Total do Ativo</b>	<b><u>149.631</u></b>	<b><u>149.374</u></b>
<b>Passivo:</b>		
<b>Contas a pagar</b>		
<b>Contas a pagar - transações - circulante</b>		
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	289	203
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	12	9
UTE GNA II – Sob controle comum (a)	27	-
Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (b) e (f)	1.887	1.907
Siemens Aktiengesellschaft – Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c) e (j)	189.517	252.689
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	-	278.801
Reserva Ambiental Fazenda Caruara – Investida do acionista (e)	53	25
Águas Industriais do Açú S/A – Investida do acionista (h)	36	164
<b>Total</b>	<b><u>191.821</u></b>	<b><u>533.798</u></b>
<b>Contas a pagar - transações - não circulante</b>		
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)	60.153	-
	<b><u>60.153</u></b>	<u>-</u>

***Contas a pagar - contrato subordinado - não circulante***

Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (i)	19.085	3.956
Siemens Ltda (i) – Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto	27.173	-
Siemens Energy – Acionista indireto (i)	10.918	-
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista indireta (i)	265.203	127.579
	<b>322.379</b>	<b>131.535</b>
<b>Total</b>	<b>382.532</b>	<b>131.535</b>

***Contas a pagar - mútuo - não circulante***

GNA Infra – Controlador em conjunto (l)	82.075	73.171
Siemens Participações – Controlador em conjunto (l)	46.846	41.764
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (l)	63.522	56.633
<b>Total</b>	<b>192.443</b>	<b>171.568</b>

**Resultado:**

***Gastos compartilhados***

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
GNA HoldCo – Acionista indireto (a)	945	813
GNA Infra – Controlador em conjunto (a)	2.387	1.720
UTE GNA II – Sob controle comum (a)	23.103	25.881
Prumo Logística S.A – Controladora do acionista indireto (b)	-	414
Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (b) e (f)	(95)	632
	<b>26.340</b>	<b>29.460</b>

***Outros resultados***

Siemens Energy – Acionista indireto (g)	-	146.244
	<b>-</b>	<b>146.244</b>

***Despesas Financeiras – juros sobre mútuo***

GNA Infra – Controlador em conjunto (l)	(8.904)	(3.418)
Siemens – Controlador em conjunto (l)	(5.081)	(1.951)
SPIC Brasil – Controlador em conjunto (l)	(6.890)	(2.666)
	<b>(20.875)</b>	<b>(8.035)</b>

***Despesas Financeiras – juros sobre contrato subordinado***

Porto do Açú Operações S.A – Investida do acionista (i)	(210)	(37)
BP Global – Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (i)	(5.766)	(2.759)
	<b>(5.976)</b>	<b>(2.796)</b>
<b>Total</b>	<b>(511)</b>	<b>164.873</b>

- (a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do Grupo GNA;
- (b) Estorno da provisão de gastos do compartilhamento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre UTE GNA I x Porto do Açu x Prumo;
- (c) Contratos EPC UTE / O&M e LTMP UTE;
- (d) Valores referentes ao Contrato de Fornecimento de Gás Natural;
- (e) Prestação de serviços na reserva Caruara referente ao controle de mudas;
- (f) Rateio de gastos com ações humanitárias COVID-19 entre as empresas Porto do Açu x UTE GNA I x Ferroport x Vast e serviços portuários da FSRU.
- (g) Reconhecimento de *Delay Liquidated Damages* (indenização referente ao atraso da entrada operação comercial conforme estabelecido em contrato EPC) em dezembro de 2021;
- (h) Valor referente à serviços de abastecimento de água industrial no Complexo Industrial do Porto do Açu.
- (i) Contratos subordinados: i) Porto do Açu contrato de arrendamento do terreno (nota 17), ii) contrato de O&M e LTMP parcela fixa com a Siemens Energy e iii) contrato de Flexible fee com a BP Global;
- (j) Registro de provisão sobre a indenização de seguros danos materiais no montante de R\$ 45.822;
- (l) Mútuos realizados nos meses de janeiro, fevereiro e junho de 2021, já em 2022 foram apenas apropriação de juros. Esses mútuos não possuem vencimento e são indexados a 100% CDI. Veja movimentação abaixo:

	<b>2021</b>	<b>Infra</b>	<b>SPIC</b>	<b>Siemens</b>	<b>2022</b>
<b>Descrição</b>					
Recebimento principal	384.838	-	-	-	384.838
Juros apropriados	8.035	8.904	6.890	5.081	28.910
IOF apropriado	7.288	-	-	-	7.288
Pagamento principal	(223.243)	-	-	-	(223.243)
Pagamento IOF	(4.195)	-	-	-	(4.195)
Pagamento juros	(1.155)	-	-	-	(1.155)
<b>Total</b>	<b>171.568</b>	<b>8.904</b>	<b>6.890</b>	<b>5.081</b>	<b>192.443</b>

	<b>2020</b>	<b>Infra</b>	<b>SPIC</b>	<b>Siemens</b>	<b>2021</b>
<b>Descrição</b>					
Recebimento principal	-	164.149	126.997	93.692	384.838
Juros apropriados	-	3.418	2.666	1.951	8.035
IOF apropriado	-	3.112	2.403	1.773	7.288
Pagamento principal	-	(95.222)	(73.670)	(54.351)	(223.243)
Pagamento IOF	-	(1.793)	(1.382)	(1.020)	(4.195)
Pagamento juros	-	(493)	(381)	(281)	(1.155)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>73.171</b>	<b>56.633</b>	<b>41.764</b>	<b>171.568</b>

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Diretores</b>		
Pró-labore	(1.137)	(1.448)
Bônus	(2.743)	(1.966)
Benefícios e encargos	(344)	(438)
<b>Total</b>	<b>(4.795)</b>	<b>(4.128)</b>

(a) São valores relacionados aos gastos com diretoria na Companhia e repassado para as empresas GNA HoldCo, GNA Infra e GNA II.

## 11 Clientes

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Clientes Nacionais – Mercado Regulado (a)	123.041	116.454
Clientes Nacionais – Mercado Livre (b)	-	599.688
<b>Total</b>	<b>123.041</b>	<b>716.142</b>

(a) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado Regulado;

(b) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado Livre.

Conforme mencionado na nota explicativa 1 em 16 de setembro de 2021, a UTE GNA I iniciou sua operação comercial permanecendo em despacho até a primeira quinzena de fevereiro de 2022, período no qual a ONS solicitou a interrupção do despacho em razão do aumento dos níveis de armazenamento em todos os subsistemas do SIN (Sistema Interligado Nacional), especialmente nos subsistemas SE/CO, NE e N.

Conforme mencionado na nota explicativa 27 uma parcela da receita operacional da Companhia é de disponibilidade.



## 12 Estoques

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Estoque GNL – gás natural liquefeito	190.515	89.207
Estoque MGO – <i>marine gás oil</i>	926	-
Estoque O&M – operação e manutenção	323	-
	<b>191.764</b>	<b>89.207</b>
Redução ao valor realizável líquido dos estoques	-	(22.501)
<b>Total</b>	<b>191.764</b>	<b>66.706</b>

Em 31 de dezembro de 2022 o consumo GNL e MGO registrados foi de R\$ 349.440 (R\$ 621.674 em 31 de dezembro de 2021). As movimentações do estoque em 2021 e 2022 estão devidamente demonstradas abaixo:

	Estoque GNL	Estoque MGO	Estoque O&M	Redução ao valor realizável líquido de estoques (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>103.132</b>	-	-	-	<b>103.132</b>
Adição	829.579	-	-	(22.501)	807.078
Saída para consumo para testes de comissionamento	(221.830)	-	-	-	(221.830)
Saída para consumo operação	(621.674)	-	-	-	(621.674)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>89.207</b>	-	-	<b>(22.501)</b>	<b>66.706</b>
Adição	449.891	1.783	323	22.501	474.498
Saída para consumo operação	(348.583)	(857)	-	-	(349.440)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>190.515</b>	<b>926</b>	<b>323</b>	<b>-</b>	<b>191.764</b>

(\*) O estorno da provisão pela desvalorização do estoque realizada em dezembro de 2021 se deve ao consumo de 100% desse estoque na geração de energia de janeiro de 2022. Conforme CPC 16, não houve o registro de provisão de *impairment* para o mês de dezembro de 2022.

## 13 Despesas antecipadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prêmio de seguros (a)	44.051	30.081
Créditos com terceiros (P&D) (b)	2.013	-
<b>Total</b>	<b><u>46.064</u></b>	<b><u>30.081</u></b>
Circulante	44.051	30.033
Não circulante	2.013	48
<b>Total</b>	<b><u>46.064</u></b>	<b><u>30.081</u></b>

- (a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes, FSRU, fiança, incêndio e garantia.
- (b) Créditos com terceiros (P&D): a composição se dá por serviços de gestão, planejamento, estudo, controle, execução, e consultoria em projetos de P&D. Conforme artigo 2º da Lei 9991/2020, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

## 14 Impostos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Impostos a Recuperar</b>		
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	2.613	2.149
PIS / COFINS a recuperar	156	30.049
ICMS a recuperar	83	83
ISS a recuperar	6	7
<b>Total</b>	<b><u>2.858</u></b>	<b><u>32.288</u></b>
<b>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>		
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	16	16
<b>Total</b>	<b><u>16</u></b>	<b><u>16</u></b>
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>		
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	3	3
<b>Total</b>	<b><u>3</u></b>	<b><u>3</u></b>

## 15 Impostos diferidos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos diferidos ativos	434.943	222.237
<b>Total</b>	<b>434.943</b>	<b>222.237</b>

	<u>Impostos diferidos ativos</u>	<u>Impostos diferidos passivos</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>50.978</b>	-	<b>50.978</b>
Despesas pré-operacionais	29.180	-	29.180
Prejuízo fiscal e base negativa	114.234	-	114.234
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	35.004	-	35.004
Derivativos marcados a MTM	-	(6.800)	(6.800)
Diferenças temporárias outras	(359)	-	(359)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2021</b>	<b>229.037</b>	<b>(6.800)</b>	<b>222.237</b>
Despesas pré-operacionais	(12.194)	-	(12.194)
Prejuízo fiscal e base negativa	236.192	-	236.192
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	-	(31.339)	(31.339)
Derivativos marcados a MTM	2.559	6.800	9.360
Diferenças temporárias outras	10.688	-	10.687
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>466.282</b>	<b>(31.339)</b>	<b>434.943</b>

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Prejuízo contábil antes dos impostos</b>	<b>(601.958)</b>	<b>(524.349)</b>
Alíquota imposto de renda e contribuição social	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social (base x alíquota)</b>	<b>204.667</b>	<b>178.279</b>
<b>Adições permanentes:</b>		
Brindes e Patrocínios	(53)	(21)
Gratificação/Bônus retenção	(996)	(921)
INSS s/Bônus/Gratificações	(187)	(152)
Licença maternidade (Prorrogação 60 dias)	(49)	-
Doações + Impostos incidentes doação	(32)	(117)
Despesas indedutíveis	(3)	(20)
Créditos fiscais não reconhecidos	-	1.010
<b>Total do Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>203.347</b>	<b>178.058</b>
Corrente	-	-
Diferido	203.347	178.058
<b>Total</b>	<b>203.347</b>	<b>178.058</b>
	<b>(33,78) %</b>	<b>(33,96) %</b>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado, tendo iniciado suas operações em 16 de setembro de 2021.

## 16 Imobilizado

	Adiantamentos para formação de imobilizado (a)	Obras em andamento e equipamentos em construção (b)	Benfeitoria em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento LT / SE	Peças Sobressalentes O&M e LTMP	Imobilizado em operação	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de TI	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>89.454</b>	<b>3.983.838</b>	-	-	-	-	<b>354</b>	<b>64</b>	<b>755</b>	<b>4.074.465</b>
Adições (c)	31.276	674.532	-	-	110.828	-	208	102	166	<b>817.112</b>
Baixas	-	(330)	-	-	-	-	-	-	-	<b>(330)</b>
Transferências	17.016	(4.658.040)	-	-	-	4.641.024	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-	(68.508)	(45)	(15)	(224)	<b>(68.792)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>137.746</b>	-	-	-	<b>110.828</b>	<b>4.572.516</b>	<b>517</b>	<b>151</b>	<b>697</b>	<b>4.822.455</b>
Custo	137.746	-	-	-	110.828	4.641.024	610	171	1.226	<b>4.891.605</b>
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	(68.508)	(93)	(20)	(529)	<b>(69.150)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>137.746</b>	-	-	-	<b>110.828</b>	<b>4.572.516</b>	<b>517</b>	<b>151</b>	<b>697</b>	<b>4.822.455</b>
Adições (c)	5.173	-	1.028	104	15.026	12.884	77	17	90	<b>34.399</b>
Baixas	(99.800)	-	-	-	-	(35.035)	-	-	-	<b>(134.835)</b>
Transferências	(36.730)	-	-	2.105	5.413	29.212	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(14)	-	(7.918)	(206.270)	(48)	(18)	(249)	<b>(214.517)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.389</b>	-	<b>1.014</b>	<b>2.209</b>	<b>123.349</b>	<b>4.373.307</b>	<b>546</b>	<b>150</b>	<b>538</b>	<b>4.507.502</b>
Custo	6.389	-	1.028	2.209	131.267	4.648.085	687	188	1.316	<b>4.791.169</b>
Depreciação acumulada	-	-	(14)	-	(7.918)	(274.778)	(141)	(38)	(778)	<b>(283.667)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.389</b>	-	<b>1.014</b>	<b>2.209</b>	<b>123.349</b>	<b>4.373.307</b>	<b>546</b>	<b>150</b>	<b>538</b>	<b>4.507.502</b>
<b>Taxa de depreciação</b>	<b>-%</b>	<b>-%</b>	<b>-%</b>	<b>-%</b>	<b>4,96%</b>	<b>4,96%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	<b>20%</b>	

(a) Adiantamento para formação de imobilizado: O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2022 é composto por valores de adiantamentos feitos para entrega de peças sobressalentes O&M e LTMP e 31 de dezembro de 2021 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para entrega de equipamentos.

(b) Obras em andamento e equipamentos em fabricação: O saldo de obras em andamento foi totalmente transferido para o grupo de imobilizado após entrada em operação em setembro de 2021.

(c) Das adições ocorridas no período, o montante total de R\$(38) (R\$ 479.721 em 31 de dezembro de 2021) não teve efeito de fluxos de caixa.

### 16.1 Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia a recuperabilidade dos seus ativos quando existirem indicativos de desvalorização, de forma a verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Em face a discussão com a BP Gas Marketing (“bpGM”) – parte do grupo econômico BP, seu fornecedor de gás natural liquefeito, acerca da interpretação do mecanismo de precificação do LNG Sale and Purchase Agreement, celebrado entre a bpGM e a Companhia em 17 de novembro de 2017, a Companhia procedeu avaliação de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2021.

Na data base da avaliação a Companhia utilizou o valor em uso tendo como base as premissas listadas abaixo que inclui fatores internos e externos:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;
- Taxa de desconto efetiva - considerando o custo médio ponderado de capital "WACC" de 8,59% ao ano. O WACC deriva de um custo de capital próprio efetivo "*ke*" de 11,79% e um custo de capital de terceiros, após desconto de impostos "*kd*" de 6,05% ao ano efetivo. O Custo de capital próprio, por sua vez, foi obtido através de um modelo CAPM que considerou uma amostra de empresas do mesmo segmento e seus respectivos riscos "*Unlevered Beta*". A projeção da estrutura de capital utilizada para alavancagem do índice beta foi a mediana da estrutura das empresas contidas na amostra supracitada.

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no último ciclo orçamentário da companhia. Este exercício financeiro é realizado anualmente e contempla a avaliação e atualização de premissas de receitas e custos operacionais, incluindo volume de despacho, para toda a vigência do CCEAR (Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado). Estes valores são atualizados no modelo financeiro da Companhia onde são realizadas as projeções de resultados a nível de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e fluxo de caixa. Para o longo, prazo o modelo financeiro da Companhia considera os valores-base do exercício orçamentário sendo reajustados com base em suas premissas contratuais específicas e índices projetados nos cenários macroeconômicos adotados, até a data fim dos CCEARs, maio de 2044.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram alterações significativas nas projeções, incluindo premissas macroeconômicas do modelo financeiro, que gerassem novo indicativo para teste de valor recuperável nesse exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade de seus ativos da UTE GNA I.

## 17 Intangível

	Direito de comercialização de energia (*)	Licenças de software	Implantação de Sistemas	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>30.000</b>	<b>1.094</b>	<b>406</b>	<b>31.500</b>
Adições	-	35	770	805
Transferências	-	645	(645)	-
Amortização	(435)	(305)	-	(740)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>29.565</b>	<b>1.469</b>	<b>531</b>	<b>31.565</b>
Custo	30.000	2028	531	32.559
Amortização acumulada	(435)	(559)	-	(994)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>29.565</b>	<b>1.469</b>	<b>531</b>	<b>31.565</b>
Adições	-	53	449	502
Transferências	-	537	(537)	-
Amortização	(1.304)	(495)	-	(1.799)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>28.261</b>	<b>1.564</b>	<b>443</b>	<b>30.268</b>
Custo	30.000	2.618	443	33.061
Amortização acumulada	(1.739)	(1.054)	-	(2.793)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>28.261</b>	<b>1.564</b>	<b>443</b>	<b>30.268</b>
	<b>23 anos</b>	<b>5 anos</b>	<b>5 anos</b>	

(\*) Em 19 de dezembro de 2017, através da resolução autorizativa nº 6.769, a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia à UTE GNA I. Iniciamos a amortização do direito de comercialização de energia após a entrada em operação que ocorreu no dia 16 de setembro de 2021.

## 18 Direito de uso / Passivo de arrendamento

A movimentação em 31 de dezembro de 2022 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Terreno	Sala comercial	FSRU	Total
<b>Direito de uso</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>76.454</b>	<b>1.689</b>	<b>1.133.212</b>	<b>1.211.355</b>
Atualização de índice	9.272	137	6.369	15.778
Depreciação	(3.346)	(751)	(48.986)	(53.083)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>82.380</b>	<b>1.075</b>	<b>1.090.595</b>	<b>1.174.050</b>
Adições	-	2.185	-	2.185
Baixas	-	(383)	(827.841)	(828.224)
Atualização de índice	8.724	76	-	8.800
Depreciação	(3.687)	(977)	(49.200)	(53.864)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>87.417</b>	<b>1.976</b>	<b>213.554</b>	<b>302.947</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>104.769</b>	<b>1.952</b>	<b>1.312.966</b>	<b>1.419.687</b>
Atualização de índice	9.272	137	6.369	15.778
Transferência para fornecedores/contas a pagar partes relacionadas	(3.719)	-	(14.144)	(17.863)
Pagamentos	-	(985)	(67.611)	(68.596)
Juros incorridos	12.391	171	154.079	166.641
Variação cambial (nota 31 resultado financeiro)	-	-	99.954	99.954
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>122.713</b>	<b>1.275</b>	<b>1.491.613</b>	<b>1.615.601</b>
Adições	-	2.185	-	2.185
Baixas	-	(463)	(827.841)	(828.304)
Atualização de índice	8.724	76	-	8.800
Transferência para fornecedores/contas a pagar partes relacionadas	(15.053)	-	(13.031)	(28.084)
Pagamentos	-	(993)	(143.366)	(144.359)
Juros incorridos	13.784	266	155.289	169.339
Variação cambial (nota 31 resultado financeiro)	-	-	(85.670)	(85.670)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>130.168</b>	<b>2.346</b>	<b>576.994</b>	<b>709.508</b>
Circulante	15.019	633	138.927	154.579
Não circulante	115.149	1.713	438.067	554.929

Após a análise da aderência da norma IFRS 16, a Companhia identificou os seguintes contratos aderentes a esta norma: (i) aluguel do terreno firmado com a Porto do Açú Operações S.A (parte relacionada), (ii) aluguel da sala comercial (iii) Bareboat Charter FSRU.

A Companhia ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato conforme a seguir:

<b>Contratos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Sala comercial (i)	14,56%	10,80%
Terreno	11,74%	11,74%
FSRU (ii)	15,26%	11,42%

- (i) Em 01 de agosto de 2022, a Companhia mudou a sala comercial do escritório Rio de Janeiro que ficava na Praia do Flamengo e foi para o bairro de Botafogo;
- (ii) Em 20 de dezembro de 2022 houve o aditivo do contrato, onde ficou convencionado que parte do pagamento seria de responsabilidade da empresa UTE GNA II a partir da etapa de comissionamento dela. Na mesma data, parte do ativo já foi transferido e está como responsabilidade da UTE GNA II, mesmo tendo o início dos pagamentos apenas após o comissionamento.

Como efeito do aditivo, houve a reavaliação da taxa incremental do contrato do FSRU.

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

	<b>Sala comercial</b>	<b>Terreno</b>	<b>FSRU</b>
2023	599	15.942	158.555
2024	617	15.942	86.387
a partir de 2025	2.150	314.853	1.627.330
<b>Total</b>	<b>3.366</b>	<b>346.737</b>	<b>1.872.272</b>

## 19 Fornecedores

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecedores nacionais	75.365	64.114
Fornecedores estrangeiros	1.476	38.628
Despesas provisionadas	89.978	72.103
<b>Total</b>	<b>166.819</b>	<b>174.845</b>
Circulante	127.094	174.845
Não circulante	39.725	-
<b>Total</b>	<b>166.819</b>	<b>174.845</b>



## 20 Salários e encargos a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Gratificações a pagar	8.757	9.479
Férias	926	1.585
Encargos sobre férias	631	1.019
INSS	1.104	916
FGTS	172	266
Seguros	11	11
Rescisões	-	218
Contribuição sindical	-	2
<b>Total</b>	<b><u>11.601</u></b>	<b><u>13.496</u></b>

## 21 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto sobre serviço ("ISS")	168	191
INSS terceiros	249	306
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	1.101	1.978
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	933	928
PIS/COFINS a recolher	2.265	49.175
PIS/COFINS/ CSLL - retenção	740	413
PIS/COFINS s/importação	13	13
Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais ("FECP")	-	277
<b>Total</b>	<b><u>5.469</u></b>	<b><u>53.281</u></b>
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-
<b>Total</b>	<b><u>5.469</u></b>	<b><u>53.281</u></b>
Circulante	5.469	53.281
Não circulante	-	-
<b>Total</b>	<b><u>5.469</u></b>	<b><u>53.281</u></b>

## 22 Encargos setoriais e benefícios tributários

Os encargos setoriais foram criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam das resoluções ou despachos da ANEEL. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético ("FNDCT")	305	1.903
Ministério de Minas e Energia ("MME")	153	952
Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	7.896	6.082
Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")	182	-
	<b>8.536</b>	<b>8.937</b>
Contribuição decreto 45.308/2015 (a)	24.292	17.286
<b>Total</b>	<b>32.828</b>	<b>26.223</b>
Circulante	640	26.223
Não circulante	32.188	-
<b>Total</b>	<b>32.828</b>	<b>26.223</b>

- (a) Contribuição do decreto 45.308 de 08 de julho de 2015 – Benefício concedido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, onde foi permitido a isenção da cobrança do ICMS na compra de equipamentos durante o período de construção da Térmica e na aquisição de GNL até 2032. Após a entrada em operação, a Térmica deverá constituir 2% dos gastos variáveis em GNL como uma obrigação a ser designada pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

	Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético ("FNDCT")	Ministério de Minas e Energia ("MME")	Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D")	Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE")	Contribuição decreto 45.308/2015 (a)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	-	-	-	-
Adição	1.903	952	6.082	-	17.286	26.223
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.903</b>	<b>952</b>	<b>6.082</b>	<b>-</b>	<b>17.286</b>	<b>26.223</b>
Adição	4.397	2.198	1.253	3.347	7.006	18.201
Pagamento	(5.995)	(2.997)	-	(3.165)	-	(12.157)
Atualização índice (Selic)	-	-	561	-	-	561
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>305</b>	<b>153</b>	<b>7.896</b>	<b>182</b>	<b>24.292</b>	<b>32.828</b>

## 23 Obrigações com terceiros

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Termelétrica Novo Tempo S.A (a)	-	18.993
Itaú Comercializadora (b)	-	253.774
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>272.767</b>
Circulante	-	272.767
Não circulante	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>272.767</b>

(a) Conforme determinado em contrato, os valores das parcelas fixas foram liquidados, conforme a descrição abaixo:

Vencimento	Parcela	Valor original	IPCA					Pagamento	Saldo em 2022
			2018	2019	2020	2021	2022		
maio/18	1	10.000	-	-	-	-	-	(10.000)	-
janeiro/20	2	5.000	275	217	-	-	-	(5.492)	-
janeiro/22 (*)	3*	15.000	1.110	368	664	1.851	(39)	(18.954)	-
<b>Total</b>		<b>30.000</b>	<b>1.385</b>	<b>585</b>	<b>664</b>	<b>1.851</b>	<b>(39)</b>	<b>(34.446)</b>	<b>-</b>

(\*) Com base no contrato, a última parcela foi paga 90 dias após a entrada em operação da UTE I, no dia 18/01/2022, no valor total de R\$ 18.954.

As parcelas variáveis serão pagas anualmente, a partir de 2023, sempre no primeiro dia útil do mês de abril, com base nos demonstrativos financeiros auditados do ano anterior, com parcelas equivalentes a 3% calculado sobre o fluxo de caixa livre do acionista, definido por:

- = EBITDA
- (+/-) variação do capital de giro;
- (-) IR/CSSL pagos;
- (-) despesas financeiras;
- (+) receita financeira das contas reversas (\*\*);
- (-) investimento em manutenção;
- (-) amortização de financiamentos;
- (+) desembolsos de financiamentos;
- (+/-) variação de contas reservas. (\*\*\*)

Para a data base de 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa livre do acionista não foi positivo e, portanto, não se aplica parcela variável.

(\*\*) O não pagamento de qualquer dos valores previstos nesse contrato, acarretará a incidência de correção monetária pela variação do CDI, até a data do efetivo pagamento, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, bem como multa moratória 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor.

(\*\*\*) Caso as contas reservas sejam preenchidas com geração de caixa operacional, serão desconsideradas da fórmula acima a variação da conta reserva e a receita financeira correspondente.

(b) Valor referente a uma operação de comercialização de compra e venda de energia realizada com Itaú Comercializadora, que foi liquidada em 07 de janeiro de 2022.

## 24 Empréstimos e financiamentos

Em 20 de dezembro de 2018 e 15 de março de 2019, a Companhia assinou contratos de financiamento de longo prazo com BNDES e IFC, respectivamente, cujos valores foram disponibilizados ao longo dos exercícios de 2019 a 2021. O financiamento do BNDES é garantido pelo KfW IPEX-Bank GmbH (“KfW”) até o repagamento total da dívida. Por esta razão, a estrutura original do financiamento de longo prazo da UTE GNA I previa o compartilhamento entre IFC e KfW das garantias do projeto usuais para este tipo de operação, conforme mencionado a seguir.

Em agosto de 2021, a UTE GNA I emitiu debêntures no montante de BRL 1,8 bilhões, com prazo total de 18 anos, carência de 24 meses e vencimento em 15 de julho de 2039, taxa IPCA + 5,92%. A captação das debêntures foi integralmente realizada em 04 de agosto de 2021 e os recursos provenientes da emissão foram primariamente destinados à quitação do financiamento do IFC, finalizada em 09 de agosto de 2021. Os recursos excedentes foram destinados para o pagamento de gastos e despesas incorridas com a implantação do projeto, incluindo a cobertura dos gastos adicionais incorridos no projeto em razão da pandemia. A liquidação antecipada do IFC proporciona uma melhora no perfil da dívida da Companhia, com redução das taxas de juros e alongamento do período de amortização.

Os empréstimos possuem estrutura de “Project Finance”, garantidos principalmente através de, alienação fiduciária de ativos (equipamentos), das ações da Companhia, das contas vinculadas ao projeto e cessão condicional dos direitos contratuais da Companhia, bem como pelo fluxo de recebíveis de seus contratos de comercialização de energia (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, “CCEAR”). Com a quitação do empréstimo concedido pelo IFC e a emissão de debêntures pela UTE GNA I, as garantias passaram a ser compartilhadas em sua maioria entre o KfW e o agente fiduciário, representando os interesses dos debenturistas da UTE GNA I.

O quadro abaixo demonstra como o financiamento foi estruturado:

Bancos	Moeda	Objetivo	Taxa de juros contratual	Vencimento	Garantias (a)	Linha de crédito total	Taxa efetiva encargos financeiros
BNDES	Real	Investimentos	IPCA + 5,63%	Jan./33	Conta Reserva, Alienação fiduciária e Cessão Condicional.	1.762.800	IPCA + 10,97%
Debêntures	Real	Investimentos	IPCA + 5,92%	Jul./39		1.800.000	IPCA + 6,43 %

- (a) O pacote de garantias é compartilhado em primeiro grau, de forma proporcional e sem qualquer ordem de preferência de recebimento entre os credores seniores, com exceção à cessão condicional oferecida apenas em favor do KfW.

Além dos empréstimos mencionados, acima, em (i) 26 de março de 2021, a UTE GNA I emitiu uma cédula de crédito bancário em favor do Banco ABC Brasil S.A., no montante de R\$ 85.000; e (ii) 08 de abril de 2021, a UTE GNA I emitiu uma cédula de crédito bancário em favor do Banco Votorantim S.A., no montante de R\$ 85.000. Estas captações foram realizadas a título de capital de giro para o período de comissionamento e foram quitadas em novembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2021		2022						Total
	Total	Amortização principal	Transferência entre Passivo Circulante e não circulante	Juros apropriados	Juros pagos	Encargos financeiros/Fee apropriados	Encargos financeiros/Fee pagos	Custo de captação Amortização mensal	
<b>Instituições</b>									
BNDES	1.800.715	(76.883)	-	191.201	(292.464)	-	-	-	1.622.569
Custo de captação (BNDES)	(349.857)	-	-	-	-	-	-	31.608	(318.249)
Debêntures	1.942.688	-	-	231.383	-	24.377	(25.152)	-	2.173.296
Custo de captação (Debêntures)	(142.503)	-	-	-	-	-	-	16.409	(126.094)
	<b>3.251.043</b>	<b>(76.883)</b>	<b>-</b>	<b>422.584</b>	<b>(292.464)</b>	<b>24.377</b>	<b>(25.152)</b>	<b>48.017</b>	<b>3.351.522</b>
Circulante	325.176	(33.828)	3.062.751	290.662	(292.464)	24.377	(25.152)	-	3.351.522
Não Circulante	2.925.867	(43.055)	(3.062.751)	131.922	-	-	-	48.017	-
<b>Total</b>	<b>3.251.043</b>	<b>(76.883)</b>	<b>-</b>	<b>422.584</b>	<b>(292.464)</b>	<b>24.377</b>	<b>(25.152)</b>	<b>48.017</b>	<b>3.351.522</b>

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

	2020		2021								Total
	Total	Ingresso em R\$	Amortização principal	Juros apropriados	Juros pagos	Encargos financeiros/Fee apropriados	Encargos financeiros/Fee pagos	Custo de captação adição	Custo de captação baixa	Custo de captação Amortização mensal	
<b>Instituições</b>											
BNDES	1.593.640	104.254	(28.626)	264.597	(133.150)	-	-	-	-	-	1.800.715
Custo de captação (BNDES)	(369.759)	-	-	-	-	-	-	(12.259)	-	32.161	(349.857)
IFC	1.063.703	-	(975.335)	102.501	(190.869)	-	-	-	-	-	-
Custo de captação (IFC)	(57.063)	-	-	-	-	-	-	-	53.598	3.465	-
Debêntures	-	1.800.000	-	138.230	-	10.690	(6.232)	-	-	-	1.942.688
Custo de captação (Debêntures)	-	-	-	-	-	-	-	(150.914)	-	8.411	(142.503)
Banco ABC	-	85.000	(85.000)	4.609	(4.609)	-	-	-	-	-	-
Banco Votorantim	-	85.000	(85.000)	4.065	(4.065)	-	-	-	-	-	-
	<b>2.230.521</b>	<b>2.074.254</b>	<b>(1.173.961)</b>	<b>514.002</b>	<b>(332.693)</b>	<b>10.690</b>	<b>(6.232)</b>	<b>(163.173)</b>	<b>53.598</b>	<b>44.037</b>	<b>3.251.043</b>
Circulante	112.421	170.000	(146.594)	517.584	(332.693)	10.690	(6.232)	-	-	-	325.176
Não Circulante	2.118.100	1.904.254	(1.027.367)	(3.582)	-	-	-	(163.173)	53.598	44.037	2.925.867
<b>Total</b>	<b>2.230.521</b>	<b>2.074.254</b>	<b>(1.173.961)</b>	<b>514.002</b>	<b>(332.693)</b>	<b>10.690</b>	<b>(6.232)</b>	<b>(163.173)</b>	<b>53.598</b>	<b>44.037</b>	<b>3.251.043</b>

Os vencimentos e amortizações do custo de captação, juros futuros e das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Ano	Dívida	Juros	Encargos financeiros/fee	Custo de transação
2023	139.339	199.032	21.381	(42.181)
2024	124.376	267.544	14.637	(41.789)
2025	156.512	263.563	-	(41.590)
2026	149.875	256.167	-	(41.340)
a partir de 2027	4.518.780	1.949.608	-	(276.939)

Em consonância ao CPC 20 (R1), os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo, desta forma, a Companhia apropriou a parcela de custo de captação e dos juros ao imobilizado em curso até entrada em operação que ocorreu em 16 de setembro de 2021.

### **Covenants financeiros e não financeiros**

Os contratos de financiamento possuem cláusulas com covenants financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto a certas mudanças de sua composição acionária, endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio.

Dentre os covenants financeiros está incluída a obrigação de manutenção do índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida (“ICSD”) acima de 1,10 vezes, apurado anualmente ao fim de cada ano, com base nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à medição, após 12 meses do início das operações (conforme estabelecido no contato).

Conforme mencionado no contexto operacional, devido à quebra do covenant, a Companhia fez a transferência do empréstimo que estava no não circulante para o passivo circulante. Para cura do covenant, está previsto contribuição de capital dos acionistas.

## 25 Provisão para contingências

A Companhia possui arbitragem ativa contra a BP mencionada no contexto operacional e encontra-se em fase de apresentação das alegações entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$155.000 relacionados a exposições passivas cuja probabilidade de perda é considerada possível.

Abaixo, segue descrito a principal exposição

- **Arbitragem Acciona**

A UTE GNA I teve conhecimento da instauração de requerimento de arbitragem no dia 29 de abril de 2021, junto ao Tribunal ICC (International Chamber of Commerce), na qual foi requerida em procedimento instaurado pelas prestadoras de serviço Acciona Construcción e Acciona Industrial, as quais foram contratadas para viabilizar a implantação de projeto do terminal de GNL. Em 20 de janeiro de 2022, a Acciona apresentou as suas “alegações iniciais” onde requerem cerca de R\$ 155.000 para compensar possíveis perdas resultantes da violação de obrigações contratuais. Por sua vez, a UTE GNA I declara perdas, causadas pela Acciona, superior ao montante pleiteado pela Acciona e, de acordo com a análise atualizada dos consultores técnicos especializados e parecer legal dos advogados, ambos contratados pela UTE GNA I, o cenário mais provável é de um desfecho positivo em favor da Companhia. Em razão destas análises, a administração da Companhia entende que o desfecho desta arbitragem deverá ter um efeito financeiro neutro a positivo para a Companhia. Por fim, de acordo com o calendário convencionado na arbitragem, será realizada uma audiência entre as partes do dia 23 até dia 29 do mês de abril de 2023.

## 26 Patrimônio líquido

Acionistas	2022		2021	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação
GNA Infra	831.185	44,89%	831.185	44,89%
Siemens	409.390	22,11%	409.390	22,11%
SPIC	611.029	33,00%	611.029	33,00%
<b>Total</b>	<b>1.851.604</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.851.604</b>	<b>100,00%</b>

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$925.802, representado por 1.851.604 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A movimentação do período está demonstrada conforme abaixo:



	Acionista			Capital Social
	GNA Infra	Siemens	SPIC	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>620.287</b>	<b>305.515</b>	-	<b>925.802</b>
Entrada novo acionista	(204.695)	(100.820)	305.515	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>415.592</b>	<b>204.695</b>	<b>305.515</b>	<b>925.802</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>415.592</b>	<b>204.695</b>	<b>305.515</b>	<b>925.802</b>

**b. Reserva de capital**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a reserva de capital da Companhia é de R\$925.802, onde a GNA Infra possui o montante de R\$415.592, Siemens R\$204.695 e a SPIC R\$305.515. A movimentação do período está demonstrada conforme abaixo.

	Acionista			Reserva de capital
	GNA Infra	Siemens	SPIC	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>620.287</b>	<b>305.515</b>	-	<b>925.802</b>
Entrada novo acionista	(204.695)	(100.820)	305.515	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>415.592</b>	<b>204.695</b>	<b>305.515</b>	<b>925.802</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>415.592</b>	<b>204.695</b>	<b>305.515</b>	<b>925.802</b>

**c. Reserva legal**

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. No período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo não havendo constituição de reserva legal.

**d. Dividendos**

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

**e. Outros resultados abrangentes**

Os saldos que compõe outros resultados abrangentes são relacionados ao reconhecimento da marcação a mercado do hedge *accounting*, imposto diferido reconhecido dessas marcações a mercado e variação cambial dos títulos *hedgedos* já reconhecidos como contas a pagar/fornecedores.

## 27 Receita líquida de serviços

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando é possível retratar a transferência de bens e ou serviços, neste caso o fornecimento de energia, podendo ser confiavelmente mensurados.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita por disponibilidade, geração e comercialização de energia elétrica (faturada e provisionada) e pela venda de energia no mercado de curto prazo, ambiente CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A composição da receita líquida da Companhia é conforme quadro abaixo:

	2022	2021
<b>Receita bruta</b>		
Mercado Regulado	982.807	497.709
Mercado Livre (i)	287.324	923.503
<b>Total</b>	<b>1.270.131</b>	<b>1.421.212</b>
<b>Encargos sobre faturamento</b>		
PIS/COFINS - Mercado Regulado	(90.910)	(46.038)
ICMS/FECP - Mercado Regulado	(21.347)	(9.730)
Encargos setoriais - Mercado Regulado	(8.518)	(4.180)
PIS/COFINS - Mercado Livre	(26.578)	(85.424)
Encargos setoriais - Mercado Livre	(2.473)	(8.381)
	<b>(149.826)</b>	<b>(153.753)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.120.305</b>	<b>1.267.459</b>

(i) Mercado livre – As receitas de mercado livre na UTE GNA I são relacionadas as vendas em condição energética.

## 28 Custos de bens e/ou serviços prestados

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Consumo operação GNL (a)	(348.583)	(621.674)
Serviços operacionais	(261.752)	(101.981)
Depreciação e amortização	(267.077)	(85.891)
Impostos, multas e taxas	(130.330)	(66.428)
Despesas gerais e manutenção	(8.055)	(244.266)
Seguros	(43.644)	(12.561)
Pessoal	(5.627)	(2.540)
Consultoria e auditoria	(3.968)	(694)
Outros serviços de terceiros	(4.515)	(1.537)
Serviços administrativos	(4.755)	-
Despesas ambientais e fundiárias	(1.099)	(196)
TI e Telecom	(670)	(132)
Comunicação e assuntos institucionais	(713)	(26)
Consumo operação MGO (b)	(857)	-
Viagens	(77)	(1)
	<b>(1.081.722)</b>	<b>(1.137.927)</b>

(a) Parcela do consumo de estoque GNL para operação conforme informado na nota 12.

(b) Parcela do consumo de estoque MGO para operação conforme informado na nota 12.

## 29 Despesas gerais e administrativas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Pessoal	(16.740)	(14.248)
TI e Telecom	(2.235)	(2.666)
Depreciação e amortização	(2.944)	(1.706)
Consultoria e auditoria	(3.082)	(3.991)
Despesas jurídicas	(6.191)	(2.668)
Seguros	(156)	(1.020)
Outros serviços de terceiros	(674)	(1.179)
Comunicação e assuntos institucionais	(847)	(2.750)
Viagens	(300)	(124)
Outras	(1.100)	(558)
<b>Total</b>	<b>(34.269)</b>	<b>(30.910)</b>

## 30 Outras despesas e receitas

	2022	2021
<b>Outras receitas</b>		
Recuperação de despesas (a)	-	146.244
Imobilizado	-	80
Outras	173	-
	<b>173</b>	<b>146.324</b>
<b>Outras despesas</b>		
Custo anormal (b)	-	(203.512)
Imobilizado (c)	-	(330)
	<b>-</b>	<b>(203.842)</b>
<b>Outros resultados</b>	<b>173</b>	<b>(57.518)</b>

- (a) Reconhecimento de *Delay Liquidated Damages* (indenização referente ao atraso da entrada operação comercial conforme estabelecido em contrato EPC) em dezembro de 2021.
- (b) Em decorrência do atraso na entrada em operação, anteriormente prevista para 30 de maio de 2021, custos atrelados ao comissionamento, anteriormente capitalizáveis, foram classificados como *Abnormal Waste* e lançados como outras despesas.
- (c) Baixa do imobilizado referente a venda de painel elétrico e sucata.

## 31 Resultado financeiro

	2022	2021
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(422.584)	(202.753)
Encargos financeiros	(24.377)	(10.690)
Custo de transação	(48.017)	(79.213)
Juros de arrendamento	(169.241)	(51.154)
Perda em operações de Hedge	(30.668)	(258)
Comissões e corretagens	(30.533)	(34.872)
Juros sobre mútuos	(20.875)	(8.035)
IOF sobre mútuo	-	(7.288)
IOF	(2.759)	(4.147)
Juros e multas - contratos subordinados	(5.976)	(2.796)
Juros e multas	(956)	(153)
Despesas bancárias	(37)	(291)
Despesa variação cambial de arrendamento	(258.471)	(99.954)
Outras	(15.042)	(47)
Variação cambial	-	(49.222)
Variação monetária - Títulos Públicos	-	(617)
Variação financeira - IPCA	-	(1.945)
	<b>(1.029.536)</b>	<b>(553.435)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita variação cambial de arrendamento	344.141	-
Variação cambial	13.679	-
Juros sobre aplicações financeiras	11.527	9.464
Variação monetária - Títulos Públicos	427	-
Juros e multas recebidas	192	15
Outras	196	-
Ganho em operações de Hedge	30.110	855
Variação financeira - IPCA	40	-
Descontos obtidos	15	108
Juros ativos ou auferidos	168	134
	<b>400.495</b>	<b>10.576</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(629.041)</b>	<b>(542.859)</b>

## 32 Gestão de riscos financeiros

### a. Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

<b>Riscos</b>	<b>Origem da exposição</b>	<b>Gestão</b>	<b>Valores 2022</b>	<b>Valores 2021</b>
Risco de mercado - taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de hedge com NDF.	Montante total de NDF contratada R\$ 91.257	Montante total de NDF contratada R\$ 285.900
Risco de mercado – Taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo CDI e IPCA e aplicações financeiras.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.	Montante de Empréstimos e financiamentos R\$ 3.351.522 Montante de Aplicações financeiras R\$ 48.247	Montante de Empréstimos e financiamentos R\$ 3.251.043 Montante de Aplicações financeiras R\$ 146.205
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo	Montante de compromissos assumidos R\$ 12.713.256	Montante de compromissos assumidos R\$ 14.549.631
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias e adiantamentos a fornecedores.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.	Montante de contas a receber partes relacionadas R\$ 149.631 Montante depósito bancário vinculado R\$ 108.650 Montante NDF contratada para contas a receber R\$ 140.254	Montante de contas a receber partes relacionadas R\$ 149.374 Montante depósito bancário vinculado R\$ 191.617 Montante NDF contratada para contas a receber R\$ 149.126

### b. Gestão de risco de mercado

#### (i) *Risco cambial*

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seus saldos a pagar a fornecedores estrangeiros com exposição cambial durante a fase de construção e operação, para que não afete seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021, operações de hedge cambial.

Conforme mencionado na nota explicativa 18, a Companhia possui um contrato de arrendamento em moeda estrangeira, referente ao período operacional, no montante de USD 401.961, que possui proteção via operações de hedge.

As estratégias de hedge cambial são descritas no item ‘Informações complementares sobre os instrumentos derivativos’

**(ii) Risco de taxas de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais e IPCA de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

**c. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto o hedge das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 48.248 (31 de dezembro de 2021 R\$ 146.205) e depósitos bancários vinculados de R\$ 108.650 (31 de dezembro de 2021 R\$ 191.617).

De acordo com a política de hedge da Companhia, para os contratos em moeda estrangeira da fase operacional, a Companhia contratou cobertura cambial antes do início da operação, que ocorreu em 16 de setembro de 2021. A contratação do hedge abrange parte da exposição cambial prevista para os 2 anos subsequentes da operação.

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	6 a 12 meses	2024	2025	2026	2027 em diante
Fornecedores	166.819	166.819	84.495	42.600	39.725	-	-	-
Contas a Pagar – partes relacionadas	574.353	574.353	29.448	162.373	382.532	-	-	-
Mútuos – partes relacionadas	192.443	192.443	-	-	-	192.443	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.351.522	7.616.975	105.518	254.234	322.587	378.485	364.702	6.191.449
Passivos de arrendamento	709.508	2.222.375	87.028	88.068	102.946	68.513	82.220	1.793.000
<b>Passivos financeiros derivativos</b>								
Non- deliverable Forwards (NDF)	(4.375)	-	(4.375)	-	-	-	-	-

**d. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

***Risco de crédito junto a instituições financeiras***

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações de derivativos em aberto.

<b>Ratings de longo prazo em escala nacional</b>	<b>Moody's</b>	<b>S&amp;P</b>	<b>Fitch</b>
Banco BTG Pactual	-	-	AA
Banco Bradesco	AAAbr	brAAA	AAA
Banco ABC	AA+br	brAAA	AAA

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalente de caixa	93.592	186.963
Depósito bancário vinculado	108.650	191617
Instrumentos financeiros derivativos	(1.865)	13.131

**e. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos**

A Companhia possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no período.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

***Programa de hedge das Non-deliverable Forward - NDF***

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

**UTE GNA I Geração de Energia S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2022 e 2021*

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativo</b>		
Circulante	3.667	20.227
Não circulante (i)	2.559	1.558
<b>Total do Ativo</b>	<b>6.226</b>	<b>21.785</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante (ii)	8.091	1.854
Não circulante (iii)	-	6.800
<b>Total do Passivo</b>	<b>8.091</b>	<b>8.654</b>
Outros resultados abrangentes	(1.865)	13.131
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(1.865)</b>	<b>13.131</b>
Ganho Hedge liquidado reconhecido no imobilizado (iv)	118.053	129.517
Ganho (Perda) Hedge liquidado reconhecido no resultado	(59.434)	19.404
<b>Total Ganho (Perda) Hedge</b>	<b>58.619</b>	<b>148.921</b>

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 o valor de 2.559 trata-se do imposto diferido referente a marcação a mercado das NDF's. Em 31 de dezembro de 2021, o valor de 1.558 trata-se de marcação a mercado das NDF's.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2022, o valor de 8.091 trata-se da soma da marcação a mercado das NDF's mais a variação cambial dos títulos em moeda estrangeira que possuem hedge. O valor dessa variação cambial de 50 está reconhecido na linha de fornecedores no balanço.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de 6.800 trata-se do imposto diferido referente a marcação a mercado das NDF's, que no balanço patrimonial está sendo apresentado líquido no ativo não circulante.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação do hedge liquidado foi no montante de (R\$ 11.464) (em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 35.740).

	NDF contratada		Marcação a		Valor a
	2022	Vencimento (ano)	2022	2021	receber/recebido ou a pagar/pago
<b>NDF</b>					<b>2022</b>
Termo USD	-	2022	-	18.908	(42.373)
Termo USD	11.593	2023	(4.884)	1.558	-
Termo EUR	-	2022	-	(1.376)	(28.525)
Termo EUR	(103.373)	2023	509	-	-
<b>Líquido</b>			<b>(4.375)</b>	<b>19.090</b>	<b>(70.898)</b>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge *accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.



**Tratamento contábil dos instrumentos derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (Hedge liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado. Os valores registrados como custo de reserva de hedge, são as variações cambiais dos títulos em moeda estrangeira hedgeados. O ganho/perda nas operações de hedge são as marcações a mercado registradas mensalmente de todos os títulos protegidos.

A Companhia documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes.

**f. Análise de sensibilidade**

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- **Cenário II:** considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- **Cenário III:** considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade das exposições cambiais e de índices, a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (BRL)	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,5158	11.593	(4.884)	(970)	3.218
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	5,5500	(103.373)	509	(25.461)	(51.432)
Exposição líquida				(91.780)	(4.375)	(26.431)	(48.214)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros nas aplicações financeiras que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL) (Base 2022)	Rendimento bruto no cenário provável (BRL)	Impacto	Impacto
						cenário (II)	cenário (III)
Aplicações de renda fixa	CDI	Queda de juros	13,65%	48.247	6.586	(1.646)	(3.293)

### ***Estimativa de valor justo***

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF), contratados pela UTE GNA I, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) DI x Pré; (ii) Real x USD (iii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do período contábil em análise.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

**Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

**Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Nível	2022		2021	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>351.873</b>	<b>351.873</b>	<b>527.954</b>	<b>527.954</b>
Caixa e equivalente de caixa	2	93.592	93.592	186.963	186.963
Depósito bancário vinculado	2	108.650	108.650	191.617	191.617
Contas a receber – partes relacionadas	2	149.631	149.631	149.374	149.374
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		<b>4.994.645</b>	<b>9.260.098</b>	<b>5.878.390</b>	<b>10.157.342</b>
Fornecedores	2	166.819	166.819	174.845	174.845
Contas a pagar – partes relacionadas	2	574.353	574.353	665.333	665.333
Mútuo – partes relacionadas	2	192.443	192.443	171.568	171.568
Empréstimos e financiamentos	2	3.351.522	3.351.522	3.251.043	3.251.043
Passivos de arrendamento	2	709.508	709.508	1.615.601	1.615.601
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>		<b>(4.375)</b>	<b>(4.375)</b>	<b>19.090</b>	<b>19.090</b>
<i>Non-deliverable forwards</i> (NDF) – Instrumento de Hedge	2	(4.375)	(4.375)	19.090	19.090

Não houve transferências de Nível 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### ***Métodos e técnicas de avaliação***

- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas – Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Fornecedores - A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.
- Empréstimos e financiamentos - Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratar de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

- Instrumentos derivativos - Para cálculo da marcação a mercado - MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI segundo a curva de DI futuro da BM&F.

### **33 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as coberturas de seguros são as seguintes:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<i>Property</i> / BI	2.608.850	2.789.950
CBI - FSRU	1.445.996	1.362.738
Terrorismo	1.346.167	-
Responsabilidade Civil - Operação	208.708	223.196
Transporte de Equipamentos Importados	44.533	46.313
Responsabilidade Civil (Escritório e Funcionários)	10.000	10.000
Garantia Fiança - Locação	1.711	1.711
Incêndio ( <i>property</i> do escritório)	6.000	6.000
Responsabilidade Civil (Operador Portuário)	229.579	245.516
Responsabilidade Civil (Ambiental)	10.500	10.000
Transporte GNL	130.443	1.004.382
Garantia Aduaneira	907	-

## 34 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$ 12.713.256 (R\$ 14.549.631 em 31 de dezembro de 2021), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras e operação da Termelétrica.

	2022	2021	Descrição
<b>Ativo</b>			
<b>Imobilizado/Intangível</b>			
Adiantamentos para formação de imobilizado	2.062	3.639	Manutenção e qualidade do Ar, serviço de vigilância, consultorias, estudos e projetos.
Obras em andamento e equipamentos em construção (*)	455	378.040	Gastos referente ao término da obra da térmica, gastos durante o período de comissionamento (EPC).
Peças Sobressalentes - Manutenção	974.947	-	Peças de substituição e manutenção da Térmica e gastos com a importação delas.
Intangível	1.301	267	Licenças de sistemas.
<b>Total Imobilizado/Intangível</b>	<b>978.765</b>	<b>381.946</b>	
Direito de uso	497.946	-	<i>Land Lease - PDA</i>
<b>Total Direito e uso</b>	<b>497.946</b>	<b>-</b>	
<b>Total Ativo</b>	<b>1.476.711</b>	<b>381.946</b>	
<b>Resultado</b>			
Custos	11.138.483	14.125.499	Contratos de operação da térmica, operações do FSRU.
Despesas Gerais e Administrativas	66.769	36.669	Gastos com viagens e estadias, consultoria para TI, assessoria financeira, despesas com escritório, benefícios para funcionários.
Custos de Transações (Despesas Financeiras)	31.293	5.517	Gastos atrelados aos Financiamentos, Debêntures.
<b>Total Resultado</b>	<b>11.236.545</b>	<b>14.167.685</b>	
<b>Total Geral</b>	<b>12.713.256</b>	<b>14.549.631</b>	